

## ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA ENTRE EMPREENDIMENTOS DE CATADORES

LADEIA, C. R. (Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Assis); ROCHA, S. R. C. (Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Assis); CARVALHO, A. M. R. de. (Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Assis).  
[carlosladeia@terra.com.br](mailto:carlosladeia@terra.com.br); [soniaromeirocosta@hotmail.com](mailto:soniaromeirocosta@hotmail.com); [anamaria@assis.unesp.br](mailto:anamaria@assis.unesp.br)

SENAES/MTE; MCTI/ CNPq; PROEX Unesp;  
Articulação de catadores e economia solidária

### **Resumo**

A Economia Solidária depara-se com o desafio de criar mecanismos fortalecedores de articulações políticas que visem arranjos produtivos e solidários nos e entre os empreendimentos. Este trabalho discute a partir da experiência dos catadores no Oeste Paulista, a importância da construção e apropriação de espaços políticos para a formação desses trabalhadores e para suas lutas por políticas públicas, visando à apropriação de bens e meios de produção, a melhoria das condições de trabalho e renda, bem como a condição de vida. Organizados no Comitê de Catadores do Oeste Paulista, vinculado ao Movimento Nacional de Catadores, as associações e cooperativas participantes constituíram, em 2012, uma associação, braço jurídico do Comitê, com o propósito de promover articulação política e captar recursos para a formação dos catadores da região. Em 2013, constituíram uma cooperativa de segundo grau, a partir da qual vêm estruturando uma rede de comercialização de materiais recicláveis e beneficiamento de plásticos. O acompanhamento desse coletivo pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Assis tem possibilitado identificar a troca de saberes, a legitimação do saber popular e o reconhecimento dos catadores como protagonistas na interlocução com os poderes públicos na elaboração e implementação de políticas públicas para catadores.

### **Apresentação**

No Oeste Paulista, os empreendimentos de catadores estão reunidos em um Comitê, instância organizativa do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR. A constituição desse Comitê ocorreu no 1º Encontro Regional de Catadores do Oeste Paulista, realizado na Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Assis, em 2003. Inicialmente, teve por objetivo principal reunir os grupos de catadores, gestores públicos e instituições de apoio para trocar experiências e fomentar políticas públicas e o apoio mútuo entre os catadores. Sua abrangência compreende uma vasta área territorial, compreendendo a Média Sorocabana (Região de Ourinhos), o Vale do Paranapanema (Região de Assis) e o Pontal do Paranapanema (Região de Presidente Prudente). Atualmente, 18 associações e cooperativas participam do Comitê, representando um contingente de, aproximadamente, 500 catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Nesses quase doze anos de existência, o coletivo se reuniu, em média, de três a quatro vezes ao ano, sendo que em junho de 2015, realiza sua quadragésima reunião. De caráter itinerante, esses encontros vêm possibilitando que os empreendimentos, juntamente com gestores públicos, organizem a recepção dos demais grupos. Esse caráter possibilita que os catadores dos grupos das diversas microrregiões do Oeste Paulista tenham oportunidade de participar dos encontros. Além da troca de experiências, com cada empreendimento apresentando sua realidade (conquistas e desafios), esses espaços têm possibilitado também discutir temas de interesse comum, contribuindo para que conheçam as políticas públicas das diversas esferas governamentais e as alternativas para atenderem as demandas específicas desse segmento de trabalhadores. Neste sentido, o caso particular da experiência de uma determinada associação ou cooperativa, pode cumprir uma função pedagógica para que outro empreendimento encontre solução para as dificuldades que enfrenta em sua realidade.

Tendo em vista que nem todos os grupos de catadores contam com instituições que ofereçam apoio para seu processo de formalização e desenvolvimento, esses espaços de troca têm tido uma importância fundamental para sustentabilidade e melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores. Cabe ainda, destacar o caráter formativo que essas reuniões têm, tanto no sentido da aquisição de conhecimentos, quanto da construção identitária. A alta rotatividade de trabalhadores existente nas associações e cooperativas de catadores, somada à experiência que têm com trabalhos em condições bastante diversas dificulta uma desejável identificação tanto com a atividade de catador, quanto com o trabalho cooperado.

Por outro lado, muitos empreendimentos que contam com apoio institucional de universidades, ONGs, entre outros, atingiram níveis mais elevados de desenvolvimento, condições mais favoráveis para responderem a desafios mais complexos, assim como a construção de maior grau de autonomia. Outras experiências vividas por lideranças de alguns desses grupos, como os espaços de reuniões e capacitações de outras esferas do Movimento dos Catadores (estadual e nacional), contribuem também para a conquista e fortalecimento de um maior sentido de autonomia.

### **Articulação política dos catadores no Oeste Paulista: avanços e desafios**

O panorama atual da organização dos catadores na região revela a presença de práticas solidárias entre os grupos que vêm tecendo uma rede de cooperação mútua, para o

quê também contam com a participação da universidade, de outras instituições do poder público e da sociedade civil (ONGs). Essa parceria, presente desde o surgimento do Comitê, tem sido fundamental na construção das condições para que os empreendimentos tenham acesso às políticas públicas formuladas, sobretudo, nas esferas municipal e federal.

A existência de um marco legal em nível federal<sup>1</sup> permite condições para que esse segmento de trabalhadores seja beneficiado, viabilizando inclusive a apropriação dos meios e bens de produção, infraestrutura imprescindível ao processo produtivo. Esse marco estabelece as responsabilidades para os produtores de embalagens e produtos descartados pós-consumo, para os grandes geradores (públicos e privados), para os consumidores e também para os gestores municipais. No nível local, a obrigatoriedade da implantação de coleta seletiva estabelece que o município dê prioridade à contratação de serviços dos catadores, organizados em associações ou cooperativas, devidamente legalizadas.

O Governo Federal tem criado condições para a formulação e articulação de políticas de gestão de resíduos sólidos com as políticas de geração de trabalho e renda, por meio da criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis – CIISC<sup>2</sup>. Esse Comitê, criado em 2003, reestruturado e renomeado em 2010, é composto por 24 órgãos da administração direta e indireta, entre os quais: Casa Civil, 13 Ministérios e 2 Secretarias. Como convidados participam os seguintes órgãos: Fundação para o Desenvolvimento da Saúde - FUNASA; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil. Fundação Banco do Brasil, ITAIPU BINACIONAL, PETROBAS, ELETROBRAS. E ainda, o MNCR tem assento permanente no Comitê. A estratégia adotada estimula essas instituições a fomentarem e financiarem projetos visando promover as condições efetivas para a inclusão social e econômica de catadores.

Ao mesmo tempo, essas políticas têm disponibilizado recursos para financiamento para instituições apoiadoras dos empreendimentos, visando suprir demandas da esfera da superestrutura, ou seja: oferecer condições para que possam refletir criticamente sobre a realidade social concreta e conheçam a existência de modos diferentes

---

<sup>1</sup> Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1.999; Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (regulamenta a Lei).

Política Federal de Saneamento Básico – Lei nº 11.445, de 2007.

Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2.010; Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 (regulamenta a Lei).

<sup>2</sup> Decreto 7.405/10. Cria o Programa Pró-Catador que reestrutura e renomeia o Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis – CIISC.

de viver, fundados nos princípios e valores da economia solidária; criar espaços de formação que possibilitem condições que favoreçam a superação do paradigma de organização do trabalho, do modo capitalista para o da economia solidária; socializar os conhecimentos sistematizados teórico-metodológicos que possibilitem aos catadores exercerem a sua condição de sujeito no processo de organização do seu trabalho; viabilizar o reconhecimento de saberes de diversas áreas (jurídica, administrativa, contábil, etc) que possam ser aplicáveis tanto no sistema de produção e de gestão, quanto nos procedimentos necessários para responderem aos editais que vão permitir o acesso aos financiamentos disponibilizados pelas políticas públicas, e ainda, os necessários à realização das negociações para a celebração dos contratos com as prefeituras. Aos apoiadores, ainda cabe, contribuir com os grupos de catadores na construção do processo de emancipação e de autonomia, bem como para o desenvolvimento da atividade em rede e do processo de verticalização da produção.

Ao longo desses anos, principalmente por meio das ações desenvolvidas pelo e no Comitê, gradativamente, foram sendo tecidas as condições fortalecedoras de relações solidárias entre os grupos de catadores no Oeste Paulista. A tomada de consciência destes grupos de que isoladamente não poderiam enfrentar as dificuldades e os desafios presentes em seu cotidiano, fortaleceu a decisão de construir dispositivos coletivos de natureza jurídica que formalizassem e legitimassem a atuação em rede e unidade política existente entre os grupos. As duas figuras jurídicas são: a Associação Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista – ARCOOP e a Cooperativa de Segundo Grau de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista – COOPERCOP, com funções distintas e complementares. Enquanto a primeira se volta para a parte política e organizativa, a outra viabiliza atividades econômicas em rede.

A ARCOOP foi constituída legalmente em 2012, em decorrência da necessidade do Comitê de ancorar suas ações de formação, organização política, fortalecimento da identidade do catador, representação dos catadores e mediação de conflitos de interesses entre prefeituras, outras instituições e grupos de catadores, visando a manutenção de direitos já conquistados, a luta por melhores condições de trabalho e a inserção em políticas públicas. Neste período, vem buscando captar recursos para viabilizar as reuniões do Comitê e outras ações que visam cumprir seus objetivos.

Essa iniciativa dos grupos que compõem o Comitê de ter um corpo legalizado e com poder representativo, propiciou uma ação bastante interessante e efetiva na Região do Pontal do Paranapanema. Nessa região, foi firmado acordo entre CESP e os Ministérios

Público Federal e Estadual, sendo que parte dos recursos dele proveniente destina-se à implantação de coleta seletiva com inclusão de catadores em diversos municípios. A ARCOOP tem participado ativamente das ações que vêm ocorrendo, auxiliando na reorganização dos catadores em situação de fechamento de lixões, na realização de diagnósticos e acompanhamento do andamento da execução dos projetos em diversos municípios. Dessa maneira, a ARCOOP tem desempenhado um papel de assessoria não só para que o projeto seja implementado, bem como auxiliando no processo de organização e desenvolvimento dos grupos.

Outra ação importante da ARCOOP foi a parceria com a equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp de Assis, em 2015, na execução de um Programa de Capacitação de Catadores, financiado pelo MEC-SESu. A participação ativa de lideranças de catadores ocorreu tanto na etapa de planejamento quanto na execução das atividades propostas, compondo desse modo o corpo de educadores responsável pelo desenvolvimento das capacitações de catadores e de lideranças.

Em 2013, além da ARCOP, conforme apontado anteriormente, outro dispositivo, de caráter mais econômico, foi construído, envolvendo uma parte dos empreendimentos, os localizados nas microrregiões de Assis e Ourinhos: a COOPERCOP. Esta rede solidária de comercialização tem por objetivo superar a dependência, sobretudo dos grupos menores, com relação ao mercado local e microrregional, na comercialização dos materiais recicláveis, por meio da obtenção de maior escala de produção e de um maior conhecimento da lógica de funcionamento do mercado. A Rede, além de comercializar conjuntamente, também tem por objetivo iniciar o processo de verticalização da produção para alcançar outros elos da cadeia produtiva.

A constituição desta Cooperativa de Segundo Grau, em atendimento à legislação vigente, contou com a participação de três cooperativas singulares do Oeste Paulista: a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região – COOCASSIS; Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Paraguaçu Paulista – COOPACAM; Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Ourinhos e Região - RECICLA OURINHOS. Entretanto, ela também conta com a participação de outros seis empreendimentos, a saber: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Palmital – ACIPAL; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ipaussu – ACRIPA; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Quatá – ASQUARE; Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Maracá - COOPASCAM, Associação de Catadores de Materiais

Recicláveis de Cândido Mota – RECICAM e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Rancharia - UNIVENCE.

A COOPERCOOP vem se viabilizando por meio da execução de projetos financiados por órgãos públicos e privados, que haviam sido acessados por alguns grupos e pelas duas pequenas redes de comercialização conjunta: a Cata Recicla, na microrregião de Ourinhos e a Cata Oeste, na microrregião de Assis. Entre esses projetos executados podem ser destacados: a construção, em Assis, do Centro Regional para a comercialização em rede e beneficiamento de plásticos, a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, financiados pelo BNDES; o CATAFORTE II para a criação das duas redes acima referidas, um projeto de logística solidária, com a aquisição de equipamentos, caminhões e caçambas, financiado pela Fundação Banco do Brasil; o Fortalecimento e a Unificação das Redes (Cata Recicla e Cata Oeste) com o início do nivelamento da infraestrutura dos grupos, por meio da aquisição de equipamentos, e a capacitação para organização da Rede COOPERCOOP, contratação de consultoria e capital de giro para o início do processo de verticalização, financiado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC; CATAFORTE III “Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias” para financiar a aquisição de equipamentos, contratação de bases de serviços (consultorias), infraestrutura física e novas oportunidades de negócio, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, contando com o financiamento de vários órgãos federais.

A efetivação desta Rede também vem decorrendo da estratégia participativa adotada por seus membros, representantes dos empreendimentos, na construção coletiva da gestão e na articulação para a comercialização em Rede e o beneficiamento de alguns tipos de plásticos. Neste sentido, vão se consolidando os espaços de pactuações, por meio das discussões e do planejamento das etapas e respectivas ações, tanto para as demandas que se referem a cada grupo, quanto às demandas gerais da Rede. A capacitação para a organização do processo produtivo e gestão dos grupos, a partir dos princípios do Cooperativismo Popular e da Economia Solidária e o diálogo constante entre as bases (empreendimentos) da COOPERCOP têm possibilitado maior conhecimento operacional e apropriação política de seus representantes.

O processo de verticalização, com o beneficiamento de alguns tipos de plásticos, ainda em fase inicial, permite agregar valor ao trabalho dos catadores, contribuindo para o aumento da renda e do empoderamento econômico e técnico do catador, ampliando sua participação na cadeia produtiva dos recicláveis.

Nesta ação coletiva vão se fortalecendo os grupos mais organizados e reduzindo a vulnerabilidade dos pequenos empreendimentos que por produzirem em pequena escala e desconhecerem a lógica do mercado, encontram-se submetidos aos atravessadores, sucateiros e aparistas.

Ao mesmo tempo em que é possível reconhecer as conquistas e os avanços alcançados pelos catadores no Oeste Paulista, constatam-se desafios a serem superados. Por um lado, uma parte da Região Oeste está caminhando, ainda que em estágio inicial, para uma melhor organização e empoderamento político, maior acesso às políticas públicas, bem como conseguindo importantes avanços no processo produtivo. Por outro lado, na Região do Pontal, no extremo Oeste, a realidade é diferente e as condições são mais precárias. Muitos grupos ainda mantêm uma relação de extrema dependência com as prefeituras, comprometendo sua autonomia, a despeito de que alguns deles obterem uma renda considerável. Poucos grupos estabeleceram relações contratuais com a prefeitura para a prestação de serviços de coleta seletiva. Todos esses grupos, ainda comercializam seus materiais individualmente, em geral com pequenos atravessadores, sucateiros e aparistas da microrregião.

Nesta Região do Pontal, todavia, encontra-se em curso um grande projeto, que tem à frente o Ministério Público Federal, bem como outras instituições públicas e privadas, que propõe melhorar ou criar infraestrutura para que aqueles municípios implantem coleta seletiva com a inclusão de catadores, cabendo às prefeituras, em contrapartida, a contratação de empreendimento de catadores pelos serviços prestados. As lideranças regionais da ARCOOP têm participado ativamente, contribuindo de forma decisiva para que esse projeto seja efetivamente implementado. Todavia, a morosidade das prefeituras em viabilizar as condições necessárias para o recebimento dos recursos, tem dificultado o bom andamento do projeto naquela região.

A concretização desse projeto é fundamental para que se possa promover o nivelamento das condições operacionais dos grupos, sua inserção na política pública municipal de gestão de resíduos sólidos, como condições indispensáveis para a constituição de redes de comercialização e para a verticalização da produção. Esses avanços na região do Pontal vão permitir que haja maior homogeneização das condições de trabalho e nas conquistas dos catadores do Oeste Paulista, já que hoje constata-se uma grande disparidade entre o que ocorre nesta região e as duas microrregiões de Ourinhos e Assis.

A Lei Federal 12.305/2.010 (PRNS), além de atribuir ao município a titularidade da gestão compartilhada dos resíduos urbanos, também estabelece a obrigatoriedade da implantação de coleta seletiva e que o município dê prioridade à contratação de serviços dos catadores organizados em associações ou cooperativas, devidamente legalizadas, para realizarem essa atividade. Esta oportunidade que a lei oferece aos catadores também trás uma grande responsabilidade e é em si um grande desafio. Essa prestação de serviço pode melhorar a renda, requer que os catadores interajam com a população, exercendo um papel de educador e, ainda, realizando as diversas etapas do seu trabalho com competência e regularidade. Para que isso ocorra é necessário existir um processo de capacitação, pois a origem da maioria desses catadores está no trabalho subordinado, sendo que a realidade atual do trabalho cooperado demanda uma mudança de cultura. Em geral, o sentido do trabalho subordinado prende-se à lógica capitalista que restringe o sentido do trabalho ao salário. No trabalho cooperado é preciso que o sujeito esteja consciente do sentido que seu trabalho tem, que transcende o imediatismo da obtenção da renda. Mudança dessa natureza requer esforço de cada trabalhador, mas requer também, por parte dos apoiadores, uma permanente disposição para ajudá-los neste processo de ressignificar o sentido e as finalidades de sua ocupação.

### **Considerações finais**

É inegável o reconhecimento dos avanços que já foram alcançados pelos catadores na Região Oeste Paulista, mesmo considerando que na Região do Pontal o projeto para o desenvolvimento dos empreendimentos não tenha atingido ainda o mesmo êxito verificado nas microrregiões de Ourinhos e Assis.

O trabalho de apoio e acompanhamento permanente desses grupos de catadores da microrregião de Assis, bem como da ARCOP e da COOPERCOP, pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Assis e de outros apoiadores tem sido fundamental para a construção de um cenário que apresenta diversos avanços e conquistas.

O atual estágio de desenvolvimento do protagonismo dos catadores verificado nessa região nos leva a constatar a importância da adoção de metodologias de incubação participativas que, sob nosso ponto de vista, tem podido contribuir para a aproximação dos grupos, a partir da aplicação dos princípios e valores da Economia Solidária. Esses espaços têm sido frutíferos, à medida que permitem a troca de experiências, a reflexão e um aprendizado coletivo, favorecendo, também, o desenvolvimento de lideranças.



O cenário, entretanto, também apresenta desafios a serem enfrentados pelos catadores e seus apoiadores. Além dos já mencionados, cabe apontar para a necessidade de implementação de um modelo de gestão fundado na lógica do desenvolvimento sustentável e menos dependente das políticas de governo.

Cabe considerar, finalmente, que os princípios e valores, bem como o arcabouço teórico-metodológico que constituem a base das políticas governamentais de apoio aos catadores, derivam do modelo da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES - tem cumprido um importante papel na difusão desses fundamentos e na articulação dos órgãos governamentais em torno dessas políticas. No entanto, a despeito de todos os esforços despendidos para divulgar o Movimento da Economia Solidária e dos avanços que ela tem possibilitado, inclusive para os catadores, temos observado que grande parte deles, nesta Região, desconhece sua importância. Denotam, inclusive, certa dificuldade de se reconhecerem como empreendimentos da economia solidária, mesmo nas microrregiões onde os avanços relatados ocorreram. Essa constatação nos trás importante desafio no sentido de promover espaços de reflexão sobre a temática da Economia Solidária.